



Destaque Rural Nº 206

21 de Fevereiro de 2023

DETERMINANTES DA POBREZA E POLÍTICAS PÚBLICAS PRIMEIRO A POBREZA¹

Yasser Arafat Dadá e João Mosca²

1. INTRODUÇÃO

Os autores partem do pressuposto de que a pobreza é o principal problema económico e social e que possui profundas razões e consequências políticas em Moçambique e, regra geral, em todo o mundo. Este texto procura revelar as principais manifestações da pobreza e argumenta que Moçambique não tem adoptado políticas públicas coerentes e estáveis a longo prazo conducentes à redução continuada da pobreza e, sobretudo, do número de pobres, e o sector privado interno e externo correspondem a interesses que respondem a mercados não relacionados com a segurança alimentar e criação de rendimento numa base social alargada e com tendências para a redução da pobreza e das desigualdades sociais e espaciais.

O texto concentra-se nos principais determinantes da pobreza em contexto rural e algumas comparações com o meio urbano.

O presente texto possui cinco secções. A primeira, define o conceito de pobreza utilizado; a segunda secção expõe os dados oficiais da pobreza em Moçambique e tece algumas considerações sobre os contextos da evolução dessas realidades; a terceira secção faz um resumo dos resultados parciais e preliminares sobre os determinantes da pobreza em Moçambique; a quarta secção apresenta as principais políticas públicas adoptadas ao longo do período analisado e em que medida estão desfasadas do objectivo da redução da pobreza, considerando as envolventes políticas, os choques climáticos, a pandemia da COVID-19 e os efeitos da crise das dívidas ilegais e ocultas, que têm dificultado esse objectivo. Este texto resulta de partes da tese de doutoramento, em realização, de Yasser Arafat Dadá.

¹ Título inspirado na obra de STREETEN, Paul (1986): "Lo primero es lo primero. Satisfacer las necesidades humanas en los países en desarrollo". Madrid, Editorial Tecnos, S.S. Tradução do título do livro First Things First do mesmo autor. "O estudo de Streeten aborda as consequências do enfoque da satisfação das necessidades básicas como um passo lógico na evolução da análise económica e da política de desenvolvimento. Também analisa o suposto conflito entre o crescimento económico, a nova ordem económica internacional, os direitos humanos e as necessidades básicas", <https://centroderecursos.alboan.org/es/registros/889>.

² Yasser Arafat Dadá, economista e Mestre pela Universidade de Lisboa. Doutorando em Estudos de Desenvolvimento. João Mosca, Doutor em Economia Agrária e Sociologia Rural. Ambos pesquisadores do OMR.

2. CONCEITO DE POBREZA

Considerando os diferentes conceitos de pobreza, formas de cálculo, os contextos espaciais, temporais e as características do agregado familiar (AF), define-se, neste texto, que a pobreza de um agregado familiar (AF) ou indivíduo pode estar associada aos padrões, condições de vida ou ao direito a um nível mínimo de recursos para aceder a bens materiais, ou, para satisfazer necessidades consideradas básicas, Haughton e Khandker (2010)³. As necessidades básicas são compostas por despesas para adquirir uma quantidade pré-estabelecida como considerada básica em alimentação (geralmente, 2.100 calorias por pessoa por dia) e também despesas não-alimentares, como em vestuário e alojamento, Haughton e Khandker (2010). Em Moçambique é utilizado o conceito da pobreza medida em termos de capacidade de consumo. A medição assenta no valor das despesas, em Meticais, associadas à possibilidade de ter um consumo alimentar que permita atingir 2.150 calorias por pessoa (limiar de calorias pré-estabelecido considerado básico), Ministério da Economia e Finanças (2016)⁴. A este conceito designa-se como a pobreza medida pelas despesas de consumo alimentar.

3. A EVOLUÇÃO DA POBREZA EM MOÇAMBIQUE

O quadro abaixo revela que é no meio rural onde se concentra grande parte da população pobre.

Quadro 1
Evolução da pobreza em Moçambique (em milhões)

		IAF 1996/97	IAF 2002/03	IOF 2008/09	IOF 2014/15	IOF 2018/19
1	Total pobres (10 ⁶)	12,1	9,6	11,2	11,8	(1)
2	Pobres/total população (%)	70	53	52	46	
3	Pobres rural (10 ⁶)	9,8	6,8	8,1	8,8	
4	Pobres urbano (10 ⁶)	2,3	2,8	3,1	3,0	
5	Pobres rural/total pobres (%)	81	71	72,3	74,6	

Nota: Inquérito aos Agregados Familiares (IAF); Inquérito ao Orçamento das Famílias (IOF).

(1) O IOF 2018/19 não apresenta os dados para o preenchimento da respectiva coluna, embora existam já outros resultados conhecidos.

Fonte: Ministério da Economia e Finanças.

³ Haughton e Khandker (2010a). Handbook on Poverty and Inequality. Washington, DC: The World Bank.

⁴ Ministério da Economia e Finanças (2016). "Pobreza e bem-estar em Moçambique: Quarta avaliação nacional. Direcção Nacional de Estudos Económicos". Direcção Nacional de Estudos Económicos. Governo de Moçambique.

Os dados no quadro acima revelam:

- Entre 1996/97 e 2002/03, verificou-se um importante decréscimo do número e da percentagem de pobres comparativamente com o total da população e que essa tendência foi mais acentuada no meio rural. Embora não existam estudos, pode-se admitir que esta tendência é justificada pelos efeitos do fim da guerra civil e o retorno dos deslocados internos e externos aos seus locais de origem, da estabilização da segurança e a mobilidade de pessoas e bens, da assistência em serviços básicos e apoios para a recuperação da produção agrícola (como, por exemplo, instrumentos de trabalho).
- Os resultados dos estudos nos períodos seguintes revelam um aumento da população pobre, mesmo considerando ligeiras reduções da percentagem de pobres em relação ao total da população, e que o meio rural concentra crescente percentagem dos pobres moçambicanos e contribui, mais que o meio urbano, para o aumento do número de pobres. Pode-se justificar estas evoluções pelos seguintes factores; (1) sobretudo a partir do fim do século XX, a taxa de crescimento demográfico foi alta e o incremento de habitantes no meio rural foi superior ao verificado no meio urbano, mesmo que, em termos percentuais, a população urbana tenha crescido mais rapidamente⁵; (2) o crescimento económico foi de uma média anual de cerca de 7% durante mais de uma década, depois do princípio deste século, baseou-se no investimento externo na indústria transformadora (alumínio) e mineira (carvão, gás e pedras preciosas) na agricultura (tabaco, algodão e açúcar), na construção civil (sobretudo relacionada com os grandes projectos – portos, caminhos-de-ferro e estradas nacionais e na habitação), nos transportes e em políticas orçamentais expansivas (infra-estruturas – estradas, comunicações, educação, saúde e energia e água potável). Estes investimentos são espacialmente concentrados, intensivos em capital e pouco geradores de emprego (excepto nos sectores de serviços), com transformação apenas para permitir a exportação e com fracas relações intersectoriais agregando valor local. Estas características provocaram um crescimento com aumento das desigualdades sociais e territoriais e o PIB por habitante teve uma tendência ligeiramente crescente ao nível do país, mas com grandes e crescentes disparidades entre províncias⁶; (3) paralelamente, houve uma forte desindustrialização em sectores directamente relacionados com a agricultura (a montante e a jusante)⁷, provocando desemprego e emergência das economias informais, o que foi agravado pela emigração do campo para a cidade

⁵ Veja, por exemplo, Dadá, Yasser Arafat e Mosca, João. (2022). Demografia e implicações para a economia e meio rural. Destaque Rural, 2022. OMR.

⁶ A cidade de Maputo tinha, em 2020, um PIB *per capita* de 2.446 USD (cerca de 6,7 USD/dia), enquanto o mesmo indicador para Niassa era de 215 USD por habitante/ano, 11,8 vezes menor que Maputo. Esta relação era, em 2017, de um para 6,7 vezes, o que significa um aprofundamento das desigualdades entre as duas províncias com os PIB mais elevado e mais baixo. Ao nível de todas as províncias, verifica-se um aumento ligeiro das desigualdades, medido pelo índice de Gini (fonte está no paragrafo seguinte). O PIB por habitante em Niassa decresceu de 232 para 215 USD por habitante. As províncias de Inhambane, Tete, Maputo Província e Maputo Cidade foram as que este indicador teve maior crescimento, Dadá, Yasser Arafat e Mosca, João (2023). *Desigualdades socioeconómicas entre os meios rural e urbano*. Destaque Rural. No prelo. OMR.

⁷ Para mais informação sobre o processo de desindustrialização e reconfiguração do sector industrial em Moçambique, entre 1991 e 2020, veja Nova, Yara (2022). *(Des)industrialização*. Destaque Rural N° 188. OMR.

devido à guerra civil e melhores condições de vida comparativamente com o meio rural (educação, saúde, energia, água potável, transportes, entre outros) e oportunidades de sobrevivência (economias informais, 'biscates' diversos, etc.); (4) secundarização da agricultura familiar manifestada pela diminuição das áreas médias agricultadas, reduzidas alterações na produtividade por hectare e por animal (com diminuição da disponibilidade de bens alimentares por habitante, seja da oferta nacional, como de bens importados)⁸ e pouca geração de emprego agrícola, o que implica uma evolução negativa do autoconsumo, diminuição do rendimento de bens agropecuários e de salários em actividades extra agrícolas, o que tem provocado mais pobreza e insegurança alimentar⁹; (5) existiram importantes ganhos na oferta de serviços básicos aos cidadãos, mas a um ritmo inferior ao do crescimento demográfico e com maior incidência no meio urbano. Estes ganhos reflectiram-se no aumento da esperança de vida¹⁰, na diminuição da mortalidade infantil¹¹ e no aumento do nível de escolaridade¹², mais acesso à água e energia¹³, embora persistam grandes desafios para a universalização destes serviços e, principalmente, para a melhoria da qualidade da oferta dos serviços; (6) situações de conflitos armados em Cabo Delgado¹⁴ e na zona

⁸ Veja, por exemplo, Nova, Yara e Mosca, João (2022): *Ciclos políticos coincidentes com o comportamento das agriculturas em Moçambique*. Destaque Rural Nº 156. OMR.

⁹ "A nível nacional, cerca de 24% dos AFs sofrem de insegurança alimentar crónica (SETSAN, 2014). A insegurança alimentar crónica é maior nas zonas rurais (27% da população rural) que nas zonas urbanas (18% da população urbana).

(...) Relativamente à situação nutricional, verifica-se que cerca de 43% das crianças com idade inferior a 5 anos, sofre de desnutrição crónica, sendo esta maior nas zonas rurais que nas urbanas, crescendo de sul para norte (onde atinge os 50%), ou seja, das zonas de maior consumo para as de maior produção, das zonas menos favoráveis para as mais favoráveis para a produção, das zonas mais pobres para as zonas mais ricas em recursos naturais (Carrilho *et al.*, 2016). A prevalência da desnutrição aguda nas crianças tem aumentado e é actualmente 6,1% enquanto a taxa de baixo peso é 15,6% e a de sobrepeso é 7,9% (MISAU *et al.*, 2013).

(...) A prevalência de anemia (deficiência de Ferro) entre mulheres em idade reprodutiva é de 51% e quase 70% das crianças menores de 5 anos apresentam algum tipo de anemia; a deficiência de iodo afecta 68% de crianças em idade escolar (MISAU *et al.*, 2013). A cobertura de suplementação de vitamina A é quase universal (99%), mas a deficiência de vitamina A em crianças (6-59 meses de idade) é elevada (55%) (MISAU *et al.*, 2013)".

Retirado da publicação *Rumo a uma Política Alimentar para Moçambique* com os autores Abbas Mariam, Monjane Boaventura, Macaringue Isidro, Costa Santos Mateus, Machoco René e Cabanelas Vanessa (2021). Publicação das organizações Alternativa – Acção pela Emancipação Social, Justiça Ambiental (JAI), La Via Campesina África (LVC – África), Observatório do Meio Rural (OMR) e União Nacional de Camponeses (UNAC). O estudo foi coordenado pelo OMR com o apoio do comité de implementação.

¹⁰ Entre 1992 e 2019, a esperança de vida à nascença passou de 45 para cerca de 61 anos.

¹¹ O número de mortes de crianças menores de cinco anos apresenta uma tendência decrescente (em 1990 a taxa era de 218 e em 2019 passou para 79 para 1000), World Bank (2022).

¹² Pode-se observar que o número médio de anos de escolaridade aumentou 2,4 anos entre 1992 e 2019 (passando de 1,1 anos, em 1992, para 3,5 anos, em 2019). Menos de metade da população termina o ensino fundamental e, destes, apenas 8% transitam para o ensino médio. O aumento do número de alunos matriculados em instituições de ensino superior passou de 17.225, em 2003, para 174.802, em 2015. O aumento quantitativo foi acompanhado de uma deterioração da qualidade do ensino superior, medido por diferentes indicadores (infra-estruturas pedagógicas, *ratio* estudante/docente, qualificação académica dos docentes, trabalhos científicos publicados, internacionalização do ensino e da investigação, acções de extensão universitária, entre outros) – dados do Ministério da Ciência e Tecnologia, Ensino Superior e Técnico Profissional.

¹³ INE (2021). Inquérito sobre Orçamento Familiar – IOF 2019/20: Relatório Final. Governo de Moçambique.

¹⁴ Existem muitos trabalhos sobre a guerra e a situação política, social e económica em Cabo Delgado. Veja, por exemplo, Feijó, João (coordenação) (2021). *Conflito e Desenvolvimento em Cabo Delgado*. Escolar Editora, publicação do OMR.

Centro¹⁵, impactos dos choques climáticos, cada vez mais intensos e frequentes¹⁶, a pandemia da COVID-19¹⁷ e os efeitos da crise das dívidas ilegais e ocultas¹⁸.

Considerando a descrição acima e a definição considerada, pode-se deduzir que a evolução da pobreza no meio rural tem como causas principais o crescimento demográfico elevado não acompanhado por incrementos de produção/oferta de bens alimentares e de rendimentos monetários dos AFs e na redução da oferta por habitante de serviços básicos aos cidadãos. Dos dados apresentados, pode-se concluir que a evolução do número e a percentagem de pobres no meio rural evoluiu mais negativamente que no meio urbano.

Para estudar os determinantes da pobreza foram elaborados modelos de regressão múltipla (RLM) devidamente suportados pela literatura. Os factores conflitos armados, COVID-19 e dívidas ocultas não foram incluídos no modelo RLM, existindo estudos que estabelecem os efeitos negativos desses contextos sobre a pobreza¹⁹.

Para conhecer o grau de importância das variáveis que mais determinam a pobreza com enfoque no meio rural, apresentam-se na secção a seguir os principais resultados da pesquisa.

¹⁵ Mosca João, Cravino Janete e Dadá, Yasser Arafat (2022). *Zona Centro de Moçambique: Porquê o epicentro dos conflitos pós-independência?* Escolar Editora. Publicação do OMR.

¹⁶ Abbas, Máriam (2022). Efeitos das mudanças climáticas nos sistemas de produção em Moçambique: Implicações para a segurança alimentar. Observador Rural N° 123. OMR.

O livro *Contra transformação agrária em Moçambique* de João Mosca e Yara Nova (no prelo), edição do OMR, indica o número de eventos climáticos (cheias, ciclones e secas) verificados em Moçambique entre 1980 e 2022. Nessa obra são apresentados gráficos da população afectada durante o período referido e nos três tipos de eventos, totalizando 63,2 milhões de pessoas. Fontes: Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental (MICOA) (2005) e Plano Director para a Redução do Risco de Desastres 2017-2030.

¹⁷ Mosca, João (coordenação). (2021) Moçambique: COVID-19 em contexto de Estado frágil. Escolar Editora. Publicação do OMR.

¹⁸ Ainda não existe um estudo sobre os efeitos globais económicos, sociais e políticos das dívidas. O volume de dinheiro desviado e seus destinos, a quebra do investimento externo e interno e dos volumes da cooperação, os custos das dívidas das falências das três empresas, a redução do PIB, a subida da inflação e a geração de mais pobreza, os custos jurídicos e de montagem de argumentos de defesa, dos processos legais e de Manuel Chang, o aumento da dívida externa e interna e os respectivos juros, entre outros custos, não estão avaliados.

¹⁹ Veja, por exemplo, Mussagy, Ibraimo Hassane e Mosca, João (2020). Micro-simulações dos impactos da COVID-19 na pobreza e desigualdade em Moçambique. Observador Rural N° 96. OMR.

4. PRINCIPAIS DETERMINANTES DA POBREZA

Com a utilização do método RLM e respeitados os diferentes testes, níveis de significância e graus de tolerância relacionados com a técnica RLM, os resultados sugerem que os principais determinantes da pobreza em Moçambique, no meio rural e urbano, são os apresentados no quadro abaixo.

Quadro 2
Coeficientes de determinação mais significantes resultantes do modelo RLM²⁰

Linha	Descrição (variáveis)	Moçambique	Urbano	Rural
1	Número total de membros da família	0,31	0,27	0,389
2	Número total de membros com menos de 15 anos	-0,21	-0,18	-0,212
3	Proporção de membros com fonte de rendimento	0,12	0,08	0,301
4	Proporção de membros que trabalha na agricultura	-0,09	-0,06	-,242
5	Valor líquido que recebeu do seu trabalho por conta de outrem, em meticais	0,1	0,10	,071
6	Despesas com transporte em meticais	0,14	0,15	,055
7	Despesas com educação em meticais		0,07	
8	Despesas com saúde em meticais	0,03	0,02	,179
9	Despesas com outros em meticais	0,29	0,29	,102

Nota: a variável dependente é a despesa com o consumo alimentar.

Fonte: pesquisa em curso para a obtenção do grau de doutoramento.

Os resultados obtidos revelam que os principais determinantes da pobreza, tal como definida, são os seguintes: (1) quanto menor for o tamanho do AF, é a pobreza (linha 1); (2) o número de membros com menos de 15 anos (linha 2) tem uma incidência contrária sobre a pobreza, isto é, quanto maior o número de membros com idade inferior a 15 anos, menores são as despesas com o consumo alimentar. com maior influencia no meio rural, sendo o número médio de membros com idade inferior a 15 anos por AF de 3 no campo e 2 nas cidades; (3) quanto maior for a proporção dos membros do AF que possuem rendimentos extra-agrícola (linha 3), menor é a pobreza; (4) quanto maior for a proporção dos membros do AF que se dedicam ao trabalho agrícola, maior é a pobreza de consumo ou menores são as despesas com o consumo alimentar (linha 4); (5) as despesas com os transportes, educação e saúde e outras despesas têm uma relação positiva sobre a pobreza.

²⁰ Para todos os modelos: (1) O teste t e F indica que todas as variáveis são significantes (individualmente e colectivamente) com um nível de confiança entre 90 e 99%. Os testes VIF e TOL revelam que a colinearidade entre as variáveis independentes são inferiores aos limites de tolerância. A estatística *d* de Durbin-Watson indica que os resíduos não estão linearmente correlacionados.

Em resumo, pode-se confirmar que a secundarização do campesinato responsável por mais de 95% da produção alimentar, a redução da produção agrícola alimentar por habitante e a manutenção da produtividade, a pouca oferta de trabalho e consequente rendimento extra-agrícola devido à desindustrialização e o crescimento da oferta de serviços inferior ao aumento da população e de qualidade baixa (principalmente nas zonas rurais), constituem os factores que têm sido referidos como justificação da evolução da pobreza e da sua maior incidência no meio rural²¹.

5. POLÍTICAS DE COMBATE À POBREZA

As políticas públicas adoptadas têm resultado na intensificação da pobreza e das desigualdades. O combate à pobreza necessita de ser priorizado nas políticas públicas e de incentivos aos diferentes produtores, para que as suas opções estejam convergentes com os objectivos do aumento da produção de alimentos, do rendimento monetário das famílias e dos lucros dos agentes económicos em clima de mercado aberto e concorrencial, e que os serviços básicos sejam prestados aos cidadãos e aumentada a segurança contra os choques climáticos, na relação com a natureza e com os animais. Também devem ser implementadas políticas de controlo da taxa de natalidade, respeitando a liberdade dos cidadãos.

O desenvolvimento pressupõe a participação dos cidadãos, dos produtores e consumidores, organizados em diferentes formas de associativismo, como veículo de transmissão dos anseios dos diferentes grupos de interesse, para a defesa dos seus interesses, e maior capacidade negocial e poder reivindicativo, tendo em consideração os aspectos políticos, de poder, culturais e conhecimento locais, combinados com os processos de transformação económica e social.

O quadro 3 apresenta, na primeira coluna, os determinantes da pobreza e, na segunda coluna, as políticas que poderiam contribuir para se poder iniciar um período, necessariamente de longo prazo, para a redução da pobreza.

²¹ Mosca, João e Nova, Yara (2022). A contra transformação agrária em Moçambique. OMR. No prelo.

Quadro 3

Determinantes da pobreza e políticas públicas de redução da pobreza

Determinantes da pobreza	Políticas públicas de redução da pobreza
Produção e segurança alimentar	<ul style="list-style-type: none"> • Medidas de aumento da produtividade por hectare de culturas alimentares dos pequenos produtores, considerando os sistemas agropecuários e silvícolas. • Aumentar a capacidade de armazenagem e conservação dos bens agrícolas ao nível dos AF e em armazéns locais de fácil acessibilidade dos camponeses para melhorar a segurança alimentar e obter mais rendimentos considerando a sazonalidade dos preços. • Incentivar a agroindústria de pequena e média dimensão de acumulação local. • Promover a produção de bens alimentares para uma dieta alimentar equilibrada.
Aumento do rendimento e mercados	<ul style="list-style-type: none"> • Incentivos fiscais e de crédito para empresas de pequena e média dimensão de indústria agrárias de acumulação local e promotoras do desenvolvimento rural integrado e criação de emprego. • Aumento da venda de bens agrícolas com a dinamização e incentivação de rede comercial rural fixa e fixação de preços mínimos de produtos alimentares essenciais. • Assegurar a concorrência com políticas antimonopolistas e de práticas de favorecimento e partidarização dos interesses e acesso a recursos. • Incentivar a realização regular de feiras agrárias.
Serviços aos cidadãos	<ul style="list-style-type: none"> • Aumentar a oferta de serviços de educação, saúde, transportes, água e energia, com maior cobertura espacial e melhor qualidade.
Políticas demográficas e de redução das migrações	<ul style="list-style-type: none"> • Promover o desenvolvimento rural integrado com criação de emprego e oportunidades de negócios. • Acções de sensibilização e disponibilização de meios/instrumentos para redução da natalidade.
Ambiente	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver e adoptar variedades de sementes adequadas por zona agroecológica, sobretudo no que respeita ao clima, solos, risco pestes e de choques climáticos. • Assegurar a qualidade dos solos com sistemas de produção ajustados às zonas e tecnologias não agressivas ao ambiente (terra, água e ar). • Construir diques de defesa e drenagem em zonas inundáveis. • Defender a costa contra a erosão, ventos fortes e subida do nível do mar. • Regular o corte de árvores e garantir o replantio das áreas desmatadas.

O conjunto de políticas e medidas de combate à pobreza envolvem grande parte das estruturas ministeriais, exigindo, por isso, uma elevada coordenação ministerial e que a prioridade do combate à pobreza seja o primeiro objectivo estratégico dos programas plurianuais do Governo.

O programas do Governo devem estar plasmados a nível do território com base no conceito de desenvolvimento regional (ou rural) integrado, com uma descentralização efectiva do Estado (poderes de decisão, do orçamento, e possuir capacidade técnica, de gestão dos recursos e de resolver os assuntos dentro do princípio da subsidiariedade), exigindo-se a coordenação a cada nível territorial²².

²² O conceito de desenvolvimento rural pode ser assim sintetizado: "desenvolvimento, entendido como o processo que ocorre de forma integrada entre sectores de actividade económica e social, endogeneizado com acumulação no território, aproveitamento dos recursos naturais e conhecimento local, inclusivo e ambientalmente sustentável", Capaina (2022), apresentação do projecto de pesquisa com o título *Desenvolvimento rural territorial – o caso do distrito de Cuamba*. Mosca, João (2022). *Desenvolvimento local: uma opção para o desenvolvimento*. Destaque Rural N° 186. OMR. Apresenta vários exemplos de desenvolvimento local em Moçambique adoptados nos últimos 20 anos do período colonial. Foi tomado, como exemplo, o caso do milho como a "indústria motora" desse desenvolvimento. A produção, comercialização, industrialização (farinhas e rações para animais) foram incentivadas com a criação de novas e crescentes demandas de consumo de bens industriais (tecidos, alimentos industrializados e não produzidos localmente, materiais de construção, bicicletas, rádios fornecidos pela rede comercial local), em alguns casos com venda a crédito contra pagamento em espécie, neste caso com milho. Este processo envolveu, de formas diferentes, muitos agentes económicos locais (milhares de pequenos produtores, comerciantes, moageiros, transportadores), num processo de acumulação diferenciado, mas de base social alargada, e reinvestimento local, e, por outro lado, acelerou-se o processo de diferenciação social por via da acumulação em função dos volumes de produção comercializada (parte do resumo do texto referenciado).